

Política econômica

A economia brasileira e a política econômica em 2005: a renúncia ao crescimento em prol das metas de inflação

Octavio A. C. Conceição*

Economista da Fundação de Economia e Estatística e Professor Adjunto do Programa de Pós-Graduação em Economia da UFRGS.

Artigo recebido em 06 jan. 2006.

"A raiz de minha objeção à teoria em discussão, se ela é exposta como uma teoria de longo período, reside no fato de que (...) não pode ser sustentado que existe uma única política que, no longo prazo, a autoridade monetária seja compelida a perseguir. No meu ponto de vista, não existe uma posição de equilíbrio de longo período única igualmente válida independentemente do caráter da política da autoridade monetária."

Keynes (apud Carvalho, 2003)

A economia brasileira em 2005

A economia brasileira em 2005, segundo dados do IPEADATA de dezembro, apresentou um desempenho relativamente medíocre, se comparado com o do ano de 2004. Naquele ano, o PIB real cresceu à taxa de 4,94%, sugerindo que a tão esperada trajetória de crescimento teria sido recuperada. Em 2005, trimestre após trimestre, a taxa de crescimento foi perdendo fôlego, gerando, no final do ano, uma expectativa da ordem de

2,5% (Pereira, 2006). O IPEA estimou o crescimento da economia brasileira, em 2005, em 2,3%. Tal dado, se confirmado, evidencia que a economia pouco avançou em termos de taxas médias de crescimento no quadriênio 2001-04, que foi de 2,2% (Tabela 1). Isso permite concluir que há ainda muito a fazer para que o País persiga, de maneira firme e consistente, uma trajetória mais duradoura de crescimento auto-sustentado. A taxa de crescimento do setor industrial revela nitidamente essa tendência, a partir da desaceleração do setor de bens de capital. O comportamento da variável investimento agregado explicita essa estagnação, prenunciando o baixo nível de crescimento de 2005, bem como a manutenção dessa tendência para os próximos meses de 2006. Entretanto alguns dados são positivos. O nível de emprego, a população ocupada e o rendimento médio do trabalho assalariado vêm apresentando taxas que, se, de um lado, se distanciam de qualquer tendência reveladora de crescimento satisfatório, de outro, revelam lento, mas positivo, ritmo de crescimento. O dado, sem dúvida, mais satisfatório da economia brasileira em 2005 foi o excelente desempenho do setor exportador. A economia superou seus próprios recordes ao longo desse ano, alcançando, em novembro, superávit comercial de US\$ 4,09 bilhões, sugerindo que será amplamente superada a meta prevista para 2005. Estima-se superávit recorde de US\$ 44,764 bilhões, com as exportações atingindo US\$ 118,3 bilhões, e as importações, US\$ 73,5 bilhões, segundo o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio. Surpreendentemente, e apesar da hostilidade ao setor produtivo, deflagrada pela ação da política econômica de manter o câmbio apreciado, se constatou

* E-mail: octavio@fee.tche.br

melhora nas condições de competitividade externa, pois houve expansão na ótica produtiva, a despeito de uma situação cambial totalmente desfavorável. No âmbito das finanças públicas, a relação dívida/PIB, tão elevada em períodos anteriores, continuou, apesar dos notáveis avanços na geração de superávits primários (5,16% do PIB, segundo dados disponíveis até setembro), da ordem de

50,91% do PIB (IPEADATA, dezembro de 2005). Tais indicadores demonstram que, em que pesem os efeitos adversos gerados pela gestão contracionista da política econômica, a economia reagiu relativamente bem. Somase a isso o excelente ambiente externo, que favoreceu um razoável desempenho da economia, impedindo uma retração ainda maior em relação a 2004.

Tabela 1

Taxas médias de crescimento do PIB do Rio Grande do Sul e do Brasil em períodos selecionados — 1981-05

					(%)
DISCRIMINAÇÃO	1981-90	1991-00	2001-04 (1)	2005 (1)	
RS	1,0	2,9	3,0	-4,8	
BR	1,6	2,6	2,2	(2) 2,3	

FONTE: FEE. Núcleo de Contas Regionais.

IBGE.

IPEA.

(1) Estimativas preliminares. (2) Estimativa preliminar IPEA.

O desempenho em 2005: uma interpretação

Antes de se esboçar uma interpretação do ocorrido no desempenho da economia brasileira, em 2005, é necessário compreender o que aconteceu em 2004. No referido ano, a economia brasileira revelou um excelente e, para alguns, surpreendente nível de crescimento: a variação do PIB nacional, inicialmente estimada em 5,2% e posteriormente reavaliada para 4,9%, sugeria que a economia parecia, finalmente, ter recuperado sua já quase “estrutural” incapacidade de produzir resultados positivos em termos de crescimento.

Economistas e analistas econômicos dividiam-se quanto à interpretação alvissareira de tais resultados. Os mais críticos à política econômica “palocciana” qualificavam tal perspectiva de crescimento de mera utopia, constituindo-se, pela própria natureza da política econômica, em um mero “vão de galinha”. Os mais entusiasmados, e próximos da estratégia do Ministério da Fazenda, entendiam tais resultados como o triunfo da política econômica sobre as incertezas do mercado, revertido, finalmente — e graças à consolidação “responsável” dos fundamentos macroeconômicos —, na

aguardada inauguração de um processo de crescimento auto-sustentado.

É importante salientar que, sob nossa avaliação, concordamos e discordamos, em parte, de ambos os argumentos, mas por razões diferentes das alegadas por ambas as correntes. Há, nas duas argumentações, aspectos relevantes que devem ser levados em conta. É inegável que a perseguição de “bons fundamentos macroeconômicos” se constitui em condição necessária, mas não suficiente, para a construção de um ambiente duradouro (auto-sustentado?) de crescimento de longo prazo. Porém uma série de outros elementos é necessária, como se verá a seguir, e isso o diagnóstico oficial negligencia. Em outros termos, a gestão da política econômica tem sido extremamente pobre em revigorar ou fortalecer o sistema de P&D, construir sinergias para o processo de inovações tecnológicas, ampliar a infra-estrutura produtiva e acelerar as reformas institucionais. Mais ainda, a política econômica tem sido, no mínimo, omissa, no sentido de estabelecer estratégias para o enfrentamento das complexas questões de longo prazo, vinculadas ao crescimento econômico. Portanto, é importante salientar que o bom resultado apresentado pela economia em 2004, e que não se repetiu em 2005, se deve, tanto naquele ano quanto no último,

menos à ação da política econômica, que tem um viés contracionista, e mais ao próprio vigor da economia brasileira, notadamente no setor exportador, que, se forem asseguradas condições mais favoráveis da política econômica, poderá representar, no futuro próximo, bem mais do que um mero “vão de galinha”: alguns avanços em termos de capacitação tecnológica e organizacional, ganhos em competitividade, melhora da eficiência e da produtividade são indicativos de que mudanças relevantes na estrutura produtiva, herdadas da década perdida, estão em marcha. Saliente-se que tais avanços têm uma perspectiva mais microeconômica — portanto, capaz de alavancar um importante movimento auto-sustentado de crescimento — do que propriamente macro, já que a política econômica sinalizou um movimento contrário a isso.

Por conta dessa linha de argumentação, pode-se sugerir que a economia recuperou — ou está em vias de recuperar — sua trajetória de crescimento auto-sustentado? A resposta a essa questão, bem como a discussão desse conceito, envolve várias qualificações. É isso que se procurará discutir a seguir.

O mito e a retórica do crescimento auto-sustentado

Não tem sido rara, no discurso oficial, a argumentação segundo a qual a política econômica implementada pelo Ministério da Fazenda, em consonância com o Banco Central, tem em vista dois objetivos simultâneos e decorrentes: controlar a inflação para conduzir a economia ao crescimento auto-sustentado. O discurso oficial da área econômica do Governo incorpora a noção de que o crescimento auto-sustentado está na raiz dessa hipotética relação de causalidade.

O que se procurará demonstrar neste texto é que tal relação não existe, ou melhor, não está necessariamente na linha de determinação sugerida no respectivo discurso. É certo que crescimento decorre da consolidação de um ambiente estável para a tomada de decisão, mas, sem uma trajetória orquestrada pela ação governamental em consonância com o comportamento empresarial, essa causalidade se desmancha no ar. Nada leva a crer que uma política macroeconômica sinalize positivamente o crescimento econômico sem uma consistência microeconômica, oriunda da repercussão daquelas ações sobre as decisões empresariais otimistas. Se os agentes econômicos não a quiserem ou não a incorpora-

rem em suas ações, a eficácia da política econômica sobre as perspectivas de crescimento é pouco relevante ou nula. E, em nossa opinião, crescimento auto-sustentado implica a construção de uma absoluta interação entre essas duas instâncias (macro-micro). Senão, vejamos.

A noção de crescimento auto-sustentado tem filiação a várias correntes teóricas. Desde os clássicos, ela aparece, de maneira implícita, nas obras de seus principais expoentes, sugerindo, como faz David Ricardo, que uma situação de “estado estacionário” poderia levar a economia a longos períodos de estagnação, caso não fosse revigorado o crescimento industrial. Os economistas nekeynesianos preferiram designar a situação de estabilidade de longo prazo na economia como algo possível, se, e somente se, os capitalistas (ou empresários, tomadores de decisão) investissem a uma mesma taxa garantida. Essa situação foi designada de “fio da navalha” e ocupou, no pós-guerra, o centro de importante controvérsia (Bertella, 2000; Carvalho, 2003). Solow parece definitivamente ter reorientado o debate, formulando, como se verá na próxima seção, o que se denominou modelo de crescimento exógeno. Sua formulação — elegante, formal, de caráter eminentemente neoclássico — levava à conclusão de que, se fossem satisfeitas todas as condições de equilíbrio de longo prazo, a economia convergiria naturalmente a uma posição de estabilidade duradoura e contínua. Essa situação nos permitimos, neste texto, chamar de crescimento auto-sustentado, só possível mediante a estabilização das principais variáveis macroeconômicas, tais como produção física, nível de emprego, demanda agregada e preços. Apesar de teórica e logicamente possível, essa situação, em uma realidade adversa, instável e permeada de incertezas — como a que caracteriza o ambiente em que está inserida a economia brasileira —, reveste-se de um caráter bastante inverossímil e pouco plausível. Isto porque os obstáculos e os conseqüentes desafios que a economia brasileira vem enfrentando há, pelo menos, três décadas para voltar a dar respostas positivas em termos de crescimento consistente (auto-sustentado?) sugerem que, para a obtenção de tal trajetória, muito mais deve ser feito do que meramente aguardar a chegada (ou convergência) a uma situação de “estabilidade com crescimento auto-sustentado”. São necessários, no mínimo, a construção de um ambiente nacional (política econômica) que contemple, pelo menos, políticas públicas compatíveis com o crescimento econômico, gastos em investimento e infra-estrutura, revigoramento do *animal spirit* empresarial e a construção institucional de

um padrão de incorporação tecnológica que possibilite ganhos de produtividade e competitividade externa. Em outros termos, é necessário bem mais do que uma política econômica alicerçada nas metas de inflação, no câmbio apreciado e nos juros elevados. Esse quadro, ao invés de conduzir a uma situação de estabilidade de longo prazo, gerará o seu oposto: a desconstrução de qualquer estratégia mais duradoura, que permita à economia brasileira buscar novas janelas de oportunidade para o crescimento futuro. E é com base nessa hipótese que sugerimos três aspectos que devem, necessariamente, ser incorporados à discussão do crescimento de longo prazo da economia brasileira.

Em primeiro lugar, crescer de maneira auto-sustentada implica construir um ambiente social, econômico, político e, por tudo isso, institucional compatível com taxas crescentes, elevadas (obviamente que, em termos relativos, digamos, de 6% a.a.) e duradouras de crescimento. Isso exigiria, em contrapartida, uma radical mudança de postura da política econômica, que deveria ser capaz de suportar medidas estimulantes à atividade econômica (juros baixos, política fiscal expansionista, superávits comerciais elevados), sem o temor de um refluxo inflacionário. Em outros termos, crescimento auto-sustentado deve ser “sustentado” por credibilidade, confiança e apoio efetivo dos agentes econômicos (*animal spirit*) no cumprimento dessas diretrizes da política econômica, as quais, por sua vez, devem ser absolutamente condizentes com as referidas perspectivas de crescimento. Tal assertiva sugere que, hoje, tal casamento está longe de se efetivar.

Em segundo lugar, crescer de maneira auto-sustentada implica construir um padrão de distribuição de renda compatível com “crescimento sem inflação”. Vale dizer, políticas restritivas à demanda agregada não deveriam constituir o cerne da política econômica, mas, isto sim, a opção pela construção de uma matriz institucional livre de gargalos que obstaculizem as condições de crescimento em infra-estrutura — energia e transporte — e bens de capital, que, na realidade atual, apresentam indicadores de desempenho bastante tímidos.¹

¹ Por sugestão do colega Luiz A. E. Faria, cabe mencionarmos, nessa passagem, que um ponto central sobre o arranjo institucional em torno da infra-estrutura no Brasil é que se reduziu a competição e se aumentou o grau de monopólio com as privatizações e a nova regulamentação. Com isso, segundo ele, a nova situação deu a muitas empresas a condição de auferirem rendas de monopólio sem precisar investir ou inovar, caso óbvio das rodovias com pedágio, mas também das ferrovias, dos portos ou da energia elétrica.

Em terceiro lugar, levando em conta a contribuição neo-schumpeteriana, crescimento envolve compromisso com a construção de uma estrutura de consenso em torno de uma plataforma tecnológica e produtiva capaz de viabilizar, sob incerteza, avanços tecnológicos, produtivos e institucionais compatíveis com o novo paradigma tecnológico. Tal construção ocorre mediante a constituição de elos estratégicos que revelem uma nítida opção pelo avanço dos gastos em P&D, pelos estímulos à inovatividade e pela conseqüente geração de ganhos em produtividade e competitividade nas áreas escolhidas.

Sob essa ótica, crescimento, desenvolvimento e reformas para tal fim não se realizam sem sobressaltos, conflitos de interesses, avanços, recuos e negociações políticas. Entretanto, e de forma irreversível, o que for implementado no presente balizará a configuração da “nova” estrutura social, política, institucional e tecnológica sobre a qual se desenrolará a almejada trajetória de crescimento econômico. O êxito ou o fracasso do referido processo dependerá do acerto ou do equívoco das mudanças em curso, que passarão inquestionavelmente: (a) pela inserção da economia nacional no padrão de desenvolvimento tecnológico vigente; (b) pela incorporação, na matriz produtiva nacional, de um padrão de inovação tecnológica diferente do que deu sustentação ao denominado período de substituição de importações, que, nesse quesito, era considerado passivo (Perez, 1989); (c) pela adoção de um padrão de gestão empresarial atrelado à busca de eficiência, competitividade e produtividade; e (d) pela redefinição do papel do Estado como ente comprometido com o “avanço” tecnológico e a diminuição das desigualdades sociais.

Saliente-se que vários desses aspectos têm sido atendidos pelo governo atual, ainda que timidamente, como é o caso dos itens (b) e (d). Assim, crescimento duradouro será alcançado quando o novo paradigma estabelecer as bases de sua progressão. Nesse novo processo, ao contrário da ótica tradicional, há um papel central das firmas, das tecnologias e das instituições, que sempre estiveram relativamente ausentes do *core* das explicações sobre crescimento econômico dos economistas ortodoxos. Desenvolvimento é um processo inerentemente desordenado e doloroso, onde, não raras vezes, trabalhadores ou administradores especializados são desvalorizados, empregos e rendas são destruídos e novas especialidades são recompensadas, causando transtornos e problemas políticos (Zysman, 1994).

Entretanto as novas tecnologias, após seu período de incubação, abrem oportunidades e novos mercados, trazendo consigo uma melhor condição social e

institucional, que, gradualmente, aumenta a confiança dos empresários em uma nova onda de investimento. Há momentos, porém, em que os investimentos inovativos (P&D) geram desânimo, face às altas incerteza e instabilidade. Nesse caso, passa a ser fundamental a presença do Estado e do inovador, que reverterá o *animal spirit*. A reação do mercado na forma de melhora da perspectiva de lucro aumenta a confiança dos investidores, gerando ondas de imitação que condicionam e melhoram a estrutura social, institucional e a própria infraestrutura. Assim, torna-se inevitável um *match* entre inovação tecnológica e suporte institucional e social: forma-se o paradigma².

Portanto, sob nossa ótica, crescer de forma auto-sustentada é muito mais do que estabelecer e perseguir fundamentos de política econômica que garantam inflação zero e pleno emprego. Isto porque crescimento, antes de se constituir em uma mera decorrência da estabilização econômica, é, por mais importante e necessária que seja esta última, um processo a ser estrategicamente trilhado, perseguido e, às vezes, sequer alcançado, dada sua alta complexidade, que exige articulação a vários outros fatores. E é a busca de incorporação desses outros fatores que constituirá a trilha ao crescimento. Por essa razão, a compreensão do processo de crescimento econômico tem matizes teóricos diferenciados, que devem necessariamente ser reconhecidos pelos gestores da política. E é isso que se procurará sistematizar na próxima seção.

Uma breve digressão sobre modelos de crescimento

Em que pese a importância que as teorias de crescimento têm — e sempre tiveram — na teoria econômica, a definição precisa do que vem a ser crescer de maneira “auto-sustentada” envolve alguma controvérsia, ou, pelo menos, alguma qualificação teórica.

A formalização do processo de crescimento econômico ganhou impulso no pós-guerra, com a contri-

buição dos economistas neokeynesianos. Roy Harrod, Evsey D. Domar e Nicholas Kaldor, inspirados na esteira do pensamento keynesiano, elaboraram os primeiros ensaios sobre essa complexa questão, sugerindo, genericamente, que o motor do crescimento estava centrado na variável investimento, que exigiria, para que a economia se mantivesse duradouramente em estágios “estáveis” de prosperidade, que os capitalistas investissem todos, e em conjunto, a uma mesma taxa. Essa taxa era designada de taxa garantida, pois, teoricamente, garantiria crescimento duradouro e contínuo. Entretanto, caso não investissem a essa mesma taxa, o sistema entraria em colapso, e a trajetória de crescimento seria ou indeterminada ou explosiva. A impossibilidade lógica de se obter essa taxa era dada pela própria “dinâmica” da lógica capitalista keynesiana, que pressupõe que uma das características centrais do sistema é a própria instabilidade da decisão capitalista em investir e sob incerteza. A não-resolução dessa instabilidade intrínseca da decisão de investimento em Keynes condenou esses modelos a um mero exercício de retórica, aguardando que a teoria avançasse em outras frentes, tornando-a, assim, capaz de “resolver” o insolúvel paradoxo da taxa garantida e estável, que consagraria, apenas em uma hipótese extrema e pouco plausível, a durabilidade do crescimento.

Em 1956, Robert Solow, oriundo da tradição neoclássica, propôs que o processo de crescimento, mesmo centrado na variável investimento, como corretamente apregoavam os referidos neokeynesianos, deveria partir de uma função Cobb-Douglas, a partir da contribuição do capital, do trabalho e da tecnologia. A solução do problema do crescimento estaria determinada pela obtenção de uma trajetória ótima entre a alocação dos mencionados fatores, que seria obtida quando a economia alcançasse o ponto de *steady state*. Nesse ponto, as condições de longo prazo do crescimento econômico seriam alcançadas, e a economia a convergir a essa situação estaria estacionada a uma taxa ideal e estável. Tal noção, obtida quando $f'(k) = n + \theta$ (onde n é a taxa de crescimento populacional, e θ , a taxa de progresso tecnológico, determinado exogenamente), é a que mais se aproxima do termo “crescimento auto-sustentado”, que a tradição neoclássica designou *golden rule*. Sob tais condições de *steady state*, a economia alcança o pleno emprego de homens e máquinas, a inflação é zero, e o crescimento é estável. Esse é o mundo do equilíbrio de longo prazo, ou, o que é a mesma coisa, a convergência ao pleno emprego. Apesar de formalmente lógica, essa situação é pouco plausível, pois a volatilidade das decisões empresariais, o *animal spirit* e

² O novo paradigma envolve: nova forma de organização da firma e da planta, novo perfil de especialização da força de trabalho, novos produtos adequados ao *key factor*, novas tendências em inovação radical/incremental, novo padrão de investimento nacional/internacional, nova safra de investimentos em infraestrutura, novo tipo de empresário inovador (pequenas firmas), novo padrão de consumo de bens e serviços e novos tipos de distribuição de renda e consumo (Dosi, 1983, 1988; Freeman; Perez, 1988; Perez, 1989).

as incertezas inerentes à própria dinâmica capitalista sempre conspiram contra tal desiderato. Não obstante a elegância formal, o modelo de Solow esbarra na limitação de aceitabilidade dessa situação.

A safra seguinte foi a dos modelos de crescimento endógeno, liderados pelas contribuições de Robert Lucas (1988) e Paul Romer (1990). Tais formulações, que buscavam superar os modelos exógenos à *la* Solow, incorporaram a tecnologia, o conhecimento e a capacitação através da introdução do capital humano. Em que pese essa novidade, tudo o mais permanece semelhante aos pressupostos do modelo de crescimento exógeno, centrado na convergência ao *steady state* de longo prazo.

As tradições neo-schumpeterianas e pós-keynesianas constituem-se, hoje, em visões teóricas alternativas que buscam superar as limitações dos pressupostos de equilíbrio de longo prazo. Essa vertente parece constituir-se em campo mais fértil na compreensão do processo de crescimento. A título de ilustração, têm-se vários estudos e artigos elaborados por autores nacionais de inspiração pós-keynesiana sugerindo alternativas de política econômica (Sicsú; Paula; Michel, 2005; Ferrari Filho, 2005; Carvalho, 2005). Em artigo recente, por exemplo, Paula (2005) salienta que uma política econômica que contemple estímulo efetivo ao crescimento econômico se deve centrar em pontos precisos e romper com a atual política econômica vigente³. O mesmo faz a tradição neo-schumpeteriana, que, embora não tenha seu foco de ação sobre o desenho da política econômica, advoga, invariavelmente, políticas de natureza tecnológica, industrial e produtiva que persigam trajetórias de longo prazo de forma oposta à obediência aos cânones de equilíbrio de longo prazo. E essas contribuições, a nosso ver, incorporam visões macroeconômicas mais compatíveis com estratégias de longo prazo a serem perseguidas, sob pena de, ao não as implementarem, adiar-se indefinidamente o ingresso

de nossa economia em um novo surto de crescimento. Isso remete ao seguinte ponto, que, pelo que foi exposto, já foi respondido.

Há uma macroeconomia do crescimento?

A resposta à questão enunciada no subtítulo contrapõe duas correntes que sempre se defrontaram no debate econômico nacional e na implementação da política econômica. De um lado, há a vigência do pensamento ortodoxo, próximo do neoclassicismo, que adota, do ponto de vista da implementação das políticas econômicas, os cânones da convergência ao equilíbrio, condenando qualquer evento instabilizador do sistema como oriundo de “desajuste”, ineficiência, falta de rigor fiscal e monetário ou coisa que o valha. Tais fatores, inaceitáveis no mundo do pleno emprego de longo prazo, são considerados efeitos de curto prazo e passageiros, passíveis de correção tão logo se adote — independentemente de tempo, lugar e circunstâncias, leia-se, do processo histórico particular — o amargo, mas eficaz, remédio do ajuste ortodoxo, enquanto persistirem os referidos fatores instabilizadores⁴.

De outro lado, sobrevive o pensamento heterodoxo que, por suas posturas radicalmente opostas à aceitação de um “ótimo social” passível de obtenção no hipotético longo prazo, interpreta a política econômica de maneira radicalmente diversa da visão dominante. Para essas correntes, a vigência da incerteza, das instabilidades e a ausência de convergência a qualquer situação preestabelecida desafiam corações e mentes dos gestores da política econômica a implementarem ações mais criativas, pragmáticas e menos vinculadas aos pressupostos neoclássicos. A demanda efetiva é a variável-chave para a retomada do crescimento, e o avanço tecnológico a alavanca principal rumo a tal processo. Ajustes ocorreriam à medida que os desafios fossem se desenrolando, criando situações inusitadas e até imprevisíveis.

Desde pelo menos os últimos 50 anos, essas duas posições vêm-se digladiando no cenário econômico nacional. No plano mais geral, pode-se dizer que os postos mais estratégicos no Ministério da Fazenda e no Banco

³ Assim, segundo ele: “A questão central da política macroeconômica, portanto, é criar condições para redução da taxa de juros. Uma redução gradual, porém significativa da taxa de juros reais, permitiria converter o círculo vicioso em um círculo virtuoso de crescimento: juros baixos, diminuição na dívida pública, melhoria no quadro fiscal, aumento nos investimentos públicos, menores taxas de empréstimos, crescimento do crédito, maior crescimento econômico. (...) Evidentemente, uma mudança desta natureza não será feita pelo atual governo, que há muito fez sua opção por uma política ao agrado do mercado financeiro e que, a nosso juízo, tem um viés anticrescimento. Mas, certamente, uma política macroeconômica voltada para o crescimento estará na pauta da discussão na eleição que se aproxima” (Paula, 2005).

⁴ Saliente-se, aliás, que, nas tradições keynesiana e neo-schumpeteriana, tais fatores, de tão recorrentes, são considerados “permanentes” e, por essa razão, geradores de incerteza no processo de tomada de decisão.

Central são ocupados por economistas ou autoridades comprometidas com a visão tradicional, ao passo que, no planejamento, no BNDES e em algumas estatais, seus titulares têm uma formação mais heterodoxa. Não é à toa que a política econômica é constituída pelo debate, invariavelmente vencido pelos primeiros, entre conservadores e desenvolvimentistas. Não é por outra razão que, aos primeiros, se designa de *mainstream* e, aos últimos, de “críticos” da política econômica.

A opção do Governo brasileiro não fugiu em nada a essa regra, e o resultado da política econômica que vem sendo implementada não diverge em nada desse diagnóstico. O *trade-off* entre o controle da inflação *vis-à-vis* à retomada do crescimento tem sido hegemonicamente vencido pela opção pela primeira alternativa. A retórica oficial argumenta que a aposta no crescimento só tem sentido se forem alcançadas as condições de estabilidade de longo prazo, leia-se *steady state*. Enquanto tais condições não forem alcançadas (e quando seriam?), será premente a vigência de um implacável controle monetário — via elevação da taxa de juros, produção de megassuperávits fiscais — e o controle da demanda agregada. Em outros termos, a política econômica está centrada em uma ação explicitamente anticrescimento, sendo o mesmo visto, embora não dito, como um mal a ser debelado, pois inevitavelmente viabilizaria focos inflacionários. Tal processo só teria sentido em um cenário onde a inflação fosse, tal qual no *steady state*, de longo prazo, zero ou muito próxima disso.

Por todas essas razões, os teóricos desse tipo de política econômica negam qualquer possibilidade de conexão da macroeconomia com o crescimento econômico. A função da macro seria tão-somente gerar condições de estabilidade, e todo o resto, incluindo o complexo processo de crescimento econômico, nasceria, naturalmente, a partir das condições dessa presumida estabilidade.

É nisso que reside o fulcro do debate entre as referidas correntes econômicas. Para os heterodoxos, de inspiração tanto keynesiana quanto neo-schumpeteriana, crescimento é buscado, cultivado, repleto de riscos e incertezas. Não há em tal busca nada de automático, mas decorrências de opções irreversíveis feitas no passado que condenam ou glorificam o futuro. Por essa razão, tais pensadores apostam na construção desse processo, que não tem nem roteiro, nem convergência, nem estabilidade, sendo, por isso mesmo e por definição, um “processo” penoso, incerto e cheio de desafios. A resposta a tais desafios absolverá ou crucificará os governantes que assim a decidiram.

À guisa de conclusão: há uma macroeconomia do não-crescimento?

A questão que se poderia, provocativamente, levantar, a título de conclusão, é que, se, na visão dos gestores da política econômica governamental, os fundamentos que levam à estabilização são incompatíveis com políticas ativas de demanda efetiva — por causarem pressões potencialmente inflacionárias —, então, predomina no País uma macroeconomia do não-crescimento? Ou, em outros termos, sob a ótica desenvolvida neste artigo, pode-se afirmar que foi o excesso de ortodoxia que gerou a perda da já precária possibilidade de crescimento da economia brasileira em 2005? A resposta a essas duas questões é sim, porque, como se viu, crescimento pressupõe uma interação entre a conjuntura macro e o ambiente microeconômico, orquestrada com a simultânea construção de um clima de confiança em relação à trajetória expansionista da economia. E essas duas instâncias (macro e micro) vêm apresentando um relativo descolamento na economia brasileira. A macro sinaliza um caráter restritivo e contracionista, e alguns setores produtivos vêm buscando — e alcançando com relativo êxito, principalmente no setor exportador — níveis crescentes de produção. Isso está ocorrendo a despeito de relativa estagnação nos níveis de produtividade e competitividade, o que prenuncia que o esforço produtivo, se não for compensado por políticas econômicas expansionistas, poderá esgotar sua própria capacidade de alcançar esforços exportadores expressivos, como o de 2005. Portanto, o relativo descolamento da instância macroeconômica em relação à microeconômica constitui, na economia brasileira, a hipótese principal que se procurou explicitar neste artigo. Enquanto não houver, no plano da execução da política econômica, uma compatibilidade e uma sintonia entre o desenho ou o arcabouço macroeconômico e os desafios da microeconomia, preocupados com a reinsersão no novo paradigma tecnológico e movidos pelas inovações, a economia permanecerá em compasso de espera por uma nova e incerta trajetória de crescimento duradouro. Portanto, enquanto a política econômica se caracterizar única e exclusivamente pelo temor do retorno da inflação, a opção resultante será a eterna fuga do enfrentamento dos desafios do crescimento econômico.

Referências

BERTELLA, Mario Augusto. O fio da navalha de Harrod e a resposta da escola de Cambridge. **Análise Econômica**, Porto Alegre, UFRGS, ano 18, n. 34, set. 2000.

CARVALHO, Fernando J. Cardim de. Keynes e o longo período. In: LIMA, Gilberto Tadeu; SICSÚ, João. **Macroeconomia do emprego e da renda: Keynes e o keynesianismo**. Barueri, SP: Manole, 2003. p. 29-60.

CARVALHO, Fernando J. Cardim de. Uma contribuição ao debate em torno da eficácia da política monetária e algumas implicações para o caso do Brasil. **Revista de Economia Política**, v. 25, n. 4, out. 2005.

DOSI, Giovanni. Technological paradigms and technological trajectories: the determinantes and directions of technical change and the transformation of the economy. In: FREEMAN, Christopher (Ed.). **Long waves in the world economy**. London: Butterworth, 1983.

DOSI, Giovanni. The nature of the innovative process. In: DOSI, Giovanni et al. (Ed.). **Technical change and economic theory**. London: Pinter Publishers, 1988.

FERRARI FILHO, Fernando. As limitações da política econômica. **Folha de São Paulo**, São Paulo, p. A3, 30 dez. 2005.

FREEMAN, C.; PEREZ, C. Structural crises of adjustment business, cycles and investment behaviour. In: DOSI, Giovanni et al. (Ed.). **Technical change and economic theory**. London: Pinter Publishers, 1988.

IPEADATA. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br>
Acesso em: dez. 2005.

LUCAS, Robert. On the mechanics of economic development. **Journal of Monetary Economics**, v. 22, 1988.

NELSON, Richard R. The agenda for growth theory: a different point of view. **Cambridge Journal of Economics**, v. 22, p. 497-520, 1998.

PAULA, Luiz Fernando de. O fracasso da ortodoxia. **FOLHABRASIL**, São Paulo, 25 nov. 2005.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. Transferência indevida e injusta. **Folha de São Paulo**, São Paulo, p. B2, 2 jan. 2006.

PEREZ, Carlota. **The present wave of technical change: implications for competitive restructuring and for institutional reform in developing countries**. Paper prepared for the Strategic Planning Department of the World Bank, April 1989.

ROMER, Paul. Endogenous technological change. **Journal of Political Economy**, v. 98, 1990.

ROSENBERG, Nathan. **Inside the black box: technology and economics**. New York: Cambridge University Press, 1982. 304p.

SICSÚ, João; PAULA, Luiz Fernando de; MICHEL, Renaut. (Org.). **Novo desenvolvimentismo: um projeto nacional de crescimento com equidade social**. Barueri: Manole; Rio de Janeiro: Fundação Konrad-Adenauer, 2005.

SOLOW, Robert. A contribution to the theory of economic growth. **Quarterly Journal of Economics**, v. 70. 1956.

ZYSMAN, John. How institutions create historically rooted trajectories of growth. **Industrial and Corporate Change**, v. 3, n.1, p. 243-283, 1994.